



O MPSC NO COMBATE À CORRUPÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

PGA 2016-2017

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO



FLORIANÓPOLIS
2016-2017

Sumário

MISSÃO, VISÃO E VALORES	6
PRIORIDADE INSTITUCIONAL	7
O.E. 1 - GARANTIR O ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A SUA EFETIVIDADE <i>TRANSPARÊNCIA NAS LISTAS DE ESPERA DO SUS</i>	9
O.E. 2 - PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES <i>FORTEALECIMENTO DAS PARCERIAS ADMINISTRATIVAS PARA PROTEÇÃO DA SAÚDE DO CONSUMIDOR</i>	15
O.E. 3 - PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS <i>ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DE CARGOS PÚBLICOS</i>	21
O.E. 4 - QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE <i>MPSC NO ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO</i>	25
O.E. 5 - PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS <i>A EDUCAÇÃO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO</i>	33
O.E. 6 - ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL <i>LEGALIDADE AMBIENTAL</i> <i>E SUSTENTABILIDADE</i>	39
O.E. 7 - COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA <i>SERVIÇO PRESTADO, CONTRATO FISCALIZADO</i>	43
O.E. 8 - PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL <i>TRANSPARÊNCIA FISCAL</i>	49

MISSÃO

Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

VALORES

- Ética
- Efetividade
- Independência
- Justiça
- Transparência

VISÃO

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais

COMBATE À CORRUPÇÃO

PROJETOS DOS CENTROS DE APOIO



CDH

Transparência nas Listas de Espera do SUS



CCO

Fortalecimento das Parcerias Administrativas para Proteção da Saúde do Consumidor



CECCON

Adequação Constitucional de Cargos Públicos



CCR

MPSC no Enfrentamento da Corrupção



CIJ

A Educação para o Combate à Corrupção



CME

Legalidade Ambiental e Sustentabilidade



CMA

Serviço Prestado, Contrato Fiscalizado



COT

Transparência Fiscal



PROJETO

TRANSPARÊNCIA NAS LISTAS DE ESPERA DO SUS

CDH CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS
HUMANOS E TERCEIRO SETOR

O.E. I GARANTIR O ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A SUA EFETIVIDADE



PROGRAMA: "SAÚDE CIDADÃ"



OBJETIVO: GARANTIR O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO DO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), POR MEIO DA TRANSPARÊNCIA DAS LISTAS DE ESPERA E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DISPONIBILIZADOS E PRESTADOS.



PÚBLICO ALVO: USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Diagnosticar os Municípios catarinenses que disponibilizam o acesso às listas de espera por serviços de saúde

Resultado da iniciativa:

Relatório de diagnóstico com aplicação de *check list* e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável:

CDH

02. Diagnosticar os Municípios catarinenses que divulgam os serviços de saúde disponibilizados à população

Resultado da iniciativa:

Relatório de diagnóstico com aplicação de *check list* e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável:

CDH

03. Diagnosticar os Municípios catarinenses que disponibilizam o acesso a informações sobre os serviços de saúde já prestados

Resultado da iniciativa:

Relatório de diagnóstico com aplicação de *check list* e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável:

CDH

04. Promover medidas visando à transparência das listas de espera por serviços de saúde

Resultado da iniciativa:

Reuniões, recomendações, termos de compromisso de ajustamento de conduta e ações civis públicas

Responsáveis:

CDH e Promotorias de Justiça

05. Promover medidas visando à transparência dos serviços de saúde disponibilizados

Resultado da iniciativa:

Reuniões, recomendações, termos de compromisso de ajustamento de conduta e ações civis públicas

Responsáveis:

CDH e Promotorias de Justiça

06. Promover medidas visando à transparência dos serviços de saúde já prestados



Resultado da iniciativa:

Reuniões, recomendações, termos de compromisso de ajustamento de conduta e ações civis públicas

Responsáveis:

CDH e Promotorias de Justiça

07. Acompanhar as ações para a transparência nas listas de espera por serviços de saúde

Resultado da iniciativa:

Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável:

CDH

08. Acompanhar as ações para a transparência dos serviços de saúde disponibilizados

Resultado da iniciativa:

Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável:

CDH

09. Acompanhar as ações para a transparência dos serviços de saúde prestados

Resultado da iniciativa:

Relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável:

CDH

Resultado esperado do Projeto:

- Aumentar o número de Municípios catarinenses que proporcionam condições para os usuários do SUS consultarem sua posição na lista de espera por serviços de saúde, os serviços disponibilizados e os serviços prestados.

INDICADORES SOCIAIS	2016 (META)	2017 (META)
Número de Municípios catarinenses que dão transparência às listas de espera por serviços de saúde	100	200
Número de Municípios catarinenses que dão transparência aos serviços de saúde disponibilizados	100	200
Número de Municípios catarinenses que dão transparência aos serviços de saúde prestados	100	200
Número de Municípios catarinenses que utilizam o Sistema de regulação do Ministério da Saúde (SISREG) ou <i>software</i> semelhante	100	200

INDICADORES OPERACIONAIS

Número de Municípios que apresentaram informações sobre a transparência das listas de espera e dos serviços de saúde disponibilizados e prestados

Número de intervenções judiciais e/ou extrajudiciais para promover a transparência das listas de espera e dos serviços de saúde disponibilizados e prestados

Número de reuniões





PROJETO

FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS
ADMINISTRATIVAS PARA PROTEÇÃO
DA SAÚDE DO CONSUMIDOR

CCO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR

O.E. 2 PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES

OBJETIVO:

PROMOVER A ARTICULAÇÃO COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS INCUMBIDOS DA FISCALIZAÇÃO DOS SETORES REGULADOS, CUJOS PRODUTOS E SERVIÇOS REPRESENTAM RISCOS À SAÚDE DOS CONSUMIDORES;

ESTIMULAR O PODER PÚBLICO A CONSTITUIR E A ESTRUTURAR ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS POTENCIALMENTE CAUSADORES DE RISCOS À SAÚDE DOS CONSUMIDORES;

INCENTIVAR A REGULARIZAÇÃO DOS FORNECEDORES DE PRODUTOS E SERVIÇOS AFETOS À ÁREA DA SAÚDE DO CONSUMIDOR.

PÚBLICO ALVO:

CONSUMIDORES, SETORES REGULADOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS COM ATUAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS QUE AFETEM A SAÚDE DO CONSUMIDOR, EM ESPECIAL AS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Coletar, sistematizar e analisar dados dos órgãos de vigilância sanitária no âmbito municipal, em relação a recursos materiais, humanos e nível de eficácia, relacionando-os aos dados de atuação, população e número de estabelecimentos com alvará sanitário

Resultado da iniciativa:

Diagnóstico das vigilâncias sanitárias municipais

Responsáveis:

CCO e Promotorias de Justiça do Consumidor

02. Reunir-se com agentes dos órgãos públicos municipais (prefeitos, fiscais da vigilância sanitária e fazenda municipal) para identificação das deficiências, dificuldades e implementação de parcerias, visando o aumento da eficácia na atuação na proteção da saúde do consumidor

Resultado da iniciativa:

Reuniões realizadas, procedimentos instaurados, recomendações expedidas, termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados e ações civis ajuizadas

Responsáveis:

Promotorias de Justiça do Consumidor

03. Promover a aproximação entre os órgãos públicos e o setor regulado, visando à realização de reuniões para orientação sobre a adequação do fornecimento de produtos e serviços

Resultado da iniciativa:

Reuniões realizadas, audiências palestras etc., incremento da regularização de fornecedores de produtos e serviços na área de saúde do consumidor

Responsáveis:

Promotorias de Justiça do Consumidor



- 04.** Mensurar o quantitativo de procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça relacionados ao fortalecimento das parcerias administrativas para proteção da saúde do consumidor

Resultado da iniciativa:

Números de procedimentos instaurados, recomendações expedidas, termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados e ações civis públicas ajuizadas

Responsáveis:

Promotorias de Justiça do Consumidor

- 05.** Coletar, sistematizar e analisar, comparativamente ao diagnóstico inicial, os dados dos órgãos de vigilância sanitária no âmbito municipal, em relação a recursos materiais, humanos e nível de eficácia, relacionando-os aos dados de atuação, à população e ao número de estabelecimentos com alvará sanitário

Resultado da iniciativa:

Diagnóstico das vigilâncias sanitárias municipais

Responsáveis:

CCO e Promotorias de Justiça do Consumidor

Resultado esperado do Projeto:

- Vigilâncias sanitárias instituídas em todos os Municípios, formadas por pessoal qualificado e adequadas às exigências legais.

INDICADOR SOCIAL	2016 (META)	2017 (META)
Percentual de vigilâncias sanitárias funcionando nos Municípios adequadas às exigências legais	50%	100%

INDICADORES OPERACIONAIS

Número de procedimentos instaurados

Número de reuniões realizadas

Recomendações expedidas

Termos de cooperação e convênios celebrados

Termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados

Ações civis públicas ajuizadas





PROJETO

ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DE CARGOS PÚBLICOS

CECCON

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

O.E. 3 PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

OBJETIVO:

REALIZAR CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS DIRECIONADAS À INSTITUIÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS DE FORMA CONTRÁRIA AO TEXTO CONSTITUCIONAL.

PÚBLICO ALVO:

SOCIEDADE CATARINENSE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Adoção de critérios para identificação de cargos públicos instituídos contrariamente à Constituição

Resultado da iniciativa:

Edição de *check list* com critérios objetivos

Responsáveis:

CECCON e Promotores de Justiça

02. Diagnóstico de leis municipais que contenham cargos públicos instituídos contrariamente à Constituição

Resultado da iniciativa:

Mapeamento de leis municipais inconstitucionais na área do Projeto

Responsáveis:

CECCON e Promotores de Justiça

03. Estudo de viabilidade e proposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidade

Resultado da iniciativa:

Elaboração de peças processuais (pareceres e iniciais de ADIs)

Responsáveis:

CECCON e Promotores de Justiça

Resultado esperado do Projeto:

- Identificar e/ou afastar, do ordenamento jurídico, leis que favoreçam, direta ou indiretamente, à corrupção da Administração Pública por intermédio do provimento de cargos em comissão contrários à Constituição.

INDICADOR SOCIAL	2016 (META)	2017 (META)
Índice de Municípios com população acima de 20.000 habitantes com diagnóstico realizado da legislação municipal, referente a cargos públicos que violem o texto constitucional	50%	100%

INDICADORES OPERACIONAIS
Número de análise de leis
Número de ADIs propostas
Número de pareceres ministeriais em processos de ADI





PROJETO

MPSC NO ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO

CCR CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL

O.E. 4 QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE

OBJETIVO:

PROMOVER AÇÕES PONTUAIS PARA CONCLUIR INQUÉRITOS POLICIAIS QUE TRATAM DE CRIMES ENVOLVENDO CORRUPÇÃO. MELHORAR A TRANSPARÊNCIA DA ATUAÇÃO DO MPSC NO COMBATE A ESSES DELITOS.

PÚBLICO ALVO:

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, MEMBROS E SERVIDORES DO MPSC.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Criar o Portal das ações do MPSC no enfrentamento à Corrupção, disponibilizando ferramentas que ofereçam ao cidadão um amplo diagnóstico sobre a atuação judicial e extrajudicial do MP nesta área

Resultado da iniciativa:

Portal específico criado e disponibilizado no sítio eletrônico do MPSC

Responsáveis:

CCR e COTEC

02. Publicar e divulgar as ações do MPSC no enfrentamento à Corrupção, por meio eletrônico e impresso, com a publicação

de cartilhas contendo as iniciativas do MPSC no combate à Corrupção

Resultado da iniciativa:

Consolidação de informações sobre a atuação institucional, bem como a divulgação de boas práticas

Responsável:

CCR

03. Capacitação de membros e servidores para enfrentamento de crimes de Corrupção, como lavagem e crimes contra a Administração Pública

Resultado da iniciativa:

Membros e Servidores mais bem capacitados com mecanismos e estratégias que proporcionem efetividade no enfrentamento à Corrupção

Responsáveis:

CCR e CEAF

04. Estabelecer articulação interinstitucional com CMA e GAECOS do MPSC, de modo a fomentar o desenvolvimento de iniciativas preventivas e repressivas contra a corrupção

Resultado da iniciativa:

Maior resolutividade no enfrentamento, preventivo e repressivo, contra a Corrupção

Responsáveis:

CCR, GAECOS e CMA



- 05.** Aprimorar veículos de transmissão e troca de conhecimento e experiências entre Membros

Resultado da iniciativa:

Maior eficiência, por meio do compartilhamento de conhecimentos e experiências

Responsáveis:

CCR, GAECOs e CAOs

- 06.** Disponibilizar dados e diagnóstico às Instituições parceiras

Resultado da iniciativa:

Estímulo a ações conjuntas

Responsável:

CCR

- 07.** Articular a formalização de Termos de Cooperação com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) para obtenção de dados sobre condutas que podem ter correlação com crimes contra a Administração Pública

Resultado da iniciativa:

Acesso mais amplo a banco de dados do TCE

Responsáveis:

CCR, COINFO e COTEC

- 08.** Identificar casos de sucesso na atuação articulada, promovendo a sua divulgação pelos meios institucionais disponíveis

Resultado da iniciativa:

Conhecimento público de iniciativas vencedoras do MPSC no enfrentamento à Corrupção

Responsáveis:

CCR, GAECOs e CMA

- 09.** Estimular os Membros do 1º e 2º Grau do MPSC no enfrentamento à Corrupção, por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, com apoio do CCR

Resultado da iniciativa:

Diminuição do estoque de procedimentos, inquéritos e processos relativos a crimes de corrupção

Responsáveis:

Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e CCR

- 10.** Criar força-tarefa, composta por membros do MP, e planos de ação voltados ao auxílio dos colegas no encaminhamento de IPs, PICs e Processos

Resultado da iniciativa:

Resolutividade na conclusão de IPs, PICs e Processos

Responsáveis:

CCR e Equipe da força-tarefa



- II. Articulação com os órgãos estaduais de segurança pública para a elaboração de um plano de reestruturação de recursos humanos e materiais das instituições ligadas à segurança pública

Resultado da iniciativa:

Plano elaborado e disponibilizado às entidades interessadas

Responsável:

CCR

12. Promover estudo sobre a existência de critérios objetivos para a definição de um número adequado de delegados, equipe de investigação e servidores em geral que devem compor as Delegacias de Polícia, bem como de policiais militares e equipes técnicas dos Institutos de Perícia

Resultado da iniciativa:

Estudo elaborado e disponibilizado às instituições interessadas

Responsável:

CCR

Resultado esperado do Projeto:

- População catarinense mais bem informada sobre a atuação do MPSC no combate à corrupção, de modo a ter papel mais ativo nesse enfrentamento. Com base em maior articulação institucional e em corpo de Servidores e Membros capacitados, o MPSC concluirá casos de corrupção investigados em inquéritos

mais antigos, diminuindo a sensação de impunidade entre os acusados. Além disso, busca-se aumento do contingente de profissionais da segurança pública no Estado.

INDICADORES SOCIAIS	2016 (META)	2017 (META)
Número de acessos ao portal de combate à corrupção	100	200
Número de instituições que receberam material de divulgação sobre atuação do MPSC no combate à corrupção	30	50

INDICADORES OPERACIONAIS	2016 (META)	2017 (META)
Percentual de inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais e ações judiciais concluídos pela força-tarefa	10% do estoque inicial ¹	20% do estoque inicial ¹
Número de denúncias por crimes envolvendo corrupção	300	300
Número de Membros e Servidores capacitados para combate à corrupção	40	40

1. O estoque inicial será definido, pelo CCR, após realização do diagnóstico previsto na Iniciativa n. 1 deste Projeto.



INFÂNCIA E
JUVENTUDE



PROJETO

A EDUCAÇÃO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

CIJ CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O.E. 5 PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS



PROGRAMAS: "APOIA" E "APRENDIZ"



DESPERTAR, EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A CONSCIÊNCIA PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E ADOLESCENTES INSCRITOS NO PROGRAMA APRENDIZ.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Fomentar a criação de Núcleos Intersetoriais de Suporte ao APOIA (NISA)

Resultado da iniciativa:

Criação dos Núcleos Intersetoriais de Suporte ao APOIA (NISA)

Responsável:

CIJ e Promotores de Justiça

02. Inclusão do tema "corrupção" nas discussões do Núcleo Intersetorial de Suporte ao APOIA (NISA)

Resultado da iniciativa:

Incentivo à discussão da temática nas escolas

Responsável:

CIJ

03. Disponibilizar, em plataforma virtual, grupos de e-mail e outros canais de comunicação para discutir essa temática

Resultado da iniciativa:

Subsidiar os educadores e demais participantes do NISA, garantindo-lhes ferramentas para fomentar as discussões em sala de aula

Responsável:

CIJ

04. Promover oficinas de extensão dirigidas aos participantes dos núcleos consolidados, para tratar do tema o “Combate à corrupção e o papel da escola” e “Como trabalhar o tema da corrupção dentro das instituições de ensino?”

Resultado da iniciativa:

Subsidiar os educadores e demais participantes do NISA, garantindo-lhes ferramentas para fomentar as discussões em sala de aula

Responsável:

CIJ

05. Fornecer continuamente, materiais e informações para facilitar as discussões do tema da corrupção e instrumentos para trabalhá-lo nas escolas e nas reuniões dos Núcleos (NISA)

Resultado da iniciativa:

Subsidiar os educadores e demais participantes do NISA, garantindo-lhes ferramentas para fomentar as discussões em sala de aula

Responsável:

CIJ



06. Criar um banco de dados para armazenar as informações advindas dos encontros do NISA, como o combate à corrupção

Resultado da iniciativa:

Subsidiar os trabalhos dos integrantes dos Núcleos (NISA)

Responsável:

CIJ

07. Oferecer oficinas que tratem de corrupção aos adolescentes inscritos no Programa Aprendiz

Resultado da iniciativa:

Despertar a consciência dos adolescentes aprendizes para o combate à corrupção

Responsável:

CIJ

Resultados esperados do Projeto:

- Despertar a consciência de crianças e adolescentes para o combate à corrupção;
- Estimular e capacitar educadores para tratar do tema nas escolas.

INDICADOR SOCIAL	2016 (META)	2017 (META)
Número de Grupos do NISA criados	5	10

INDICADORES OPERACIONAIS

Número de oficinas de extensão promovidas

Número de cursos oferecidos aos adolescentes do Programa Aprendiz





PROJETO

LEGALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

CME CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DO MEIO AMBIENTE

O.E. 6 ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO:

OBJETIVO: BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO POR MEIO DA TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS QUE ATUAM NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE.

PÚBLICO-ALVO:

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Diagnosticar a estrutura e eficiência dos órgãos públicos municipais e estaduais quanto a fiscalização, licenciamento e outorga

Resultado da iniciativa:

Diagnóstico realizado

Responsáveis:

CME e Promotorias Regionais

02. Buscar adequação dos órgãos às exigências legais, técnicas e estruturais de forma eficiente e transparente

Resultado da iniciativa:

Adequação dos órgãos às exigências legais, técnicas e estruturais de forma eficiente e transparente

Responsáveis:

Promotorias Regionais



PROJETO

SERVIÇO PRESTADO,
CONTRATO FISCALIZADO

CMA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

O.E. 7 COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO:

PREVENIR E REPRIMIR AS PRÁTICAS ILÍCITAS RELACIONADAS A CONTRATOS E PAGAMENTOS DAS DESPESAS PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DE PUBLICIDADE, CONSULTORIA E ACESSORIA EM GERAL.

PÚBLICO ALVO:

COLETIVIDADE E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Identificação dos contratos administrativos de prestação de serviço de publicidade, consultoria e assessoria em geral sujeitos com maior frequência a atividades ilícitas de desvio de dinheiro público e lavagem de capitais.

Resultado da iniciativa:

Mapeamento no Estado dos contratos suspeitos

Responsável:

CMA

02. Identificação dos padrões de contratação relacionando empresas, Municípios e formas de contratação

Resultado da iniciativa:

Identificação de eventuais padrões de fraude

Responsável:

CMA

- 03.** Repasse das informações a respeito do diagnóstico dos contratos e padrões de contratação diagnosticados pelo CMA às Promotorias de Justiça

Resultado da iniciativa:

Promotorias com material para dar início às investigações

Responsável:

CMA

- 04.** Apoio aos Promotores de Justiça na atuação relacionado aos dados coletados pelo CMA

Resultado da iniciativa:

Material de apoio disponibilizado às Promotorias de Justiça

Responsável:

CMA

Resultados esperados do Projeto:

- Transparência dos contratos e respectivos pagamentos;
- Aprimoramento do controle social;
- Redução dos valores dos contratos;
- Responsabilização dos agentes/empresas envolvidos.



INDICADORES SOCIAIS	2016 (META)	2017 (META)
Número de contratos avaliados	100	200
Número de Municípios avaliados	50	100
Valor total dos contratos avaliados	R\$ 25.000.000	R\$ 50.000.000

INDICADORES OPERACIONAIS
Número de procedimentos (ICP e PP) instaurados
Número de ações ajuizadas
Valores irregulares questionados





PROJETO

TRANSPARÊNCIA FISCAL

COT

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DA ORDEM TRIBUTÁRIA

O.E. 8 PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL

PROGRAMA:

“SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS” E “COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL”

OBJETIVO:

GARANTIR A ISONOMIA TRIBUTÁRIA E O RESPEITO À CAPACIDADE CONTRIBUTIVA ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, II, E ART. 145, § 1º), ATENDENDO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA.

PÚBLICO ALVO:

SOCIEDADE CATARINENSE, ESTADO DE SANTA CATARINA E MUNICÍPIOS CATARINENSES.

Iniciativas a serem desenvolvidas:

01. Ampliar a atribuição das Promotorias de Justiça da ordem tributária, mediante a inserção de mecanismos de tutela difusa a fim de dar efetividade plena à justiça fiscal

Resultado da iniciativa:

a definição de um modelo de “Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária”, ampliando o espectro de atuação puramente repressiva penal, para uma atuação preventiva, voltada à garantia de tratamento isonômico entre os contribuintes

Responsável:

COT

- 02.** Realizar diagnóstico das legislações tributárias dos Municípios e do Estado de Santa Catarina, que regulem a concessão de benefícios fiscais como isenção, anistia, remissão ou tratamento tributário diferenciado, de forma a verificar sua compatibilidade constitucional e infraconstitucional, combatendo eventual discricionariedade administrativa na sua concessão

Resultado da iniciativa:

A identificação de legislações tributárias em desacordo com o sistema normativo vigente

Responsáveis:

COT e Promotorias de Justiça

- 03.** Ajustar a legislação tributária referente à concessão de benefícios fiscais que não esteja adequada ao tratamento normativo superior, mediante a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, limitando o excesso de discricionariedade administrativa que possa resultar na prática de atos de corrupção

Resultado da iniciativa:

O estabelecimento de um marco inicial do tratamento isonômico tributário na concessão de benefícios fiscais, em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa

Responsáveis:

COT e Promotorias de Justiça



- 04.** Identificar a existência de benefícios fiscais concedidos em desacordo com o ordenamento jurídico, bem como o descumprimento de condições que justificaram o seu deferimento promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais adequadas para a correção ou cancelamento de eventuais distorções

Resultado da iniciativa:

Alcançar o tratamento tributário isonômico dos contribuintes e garantir a reparação integral dos prejuízos causados aos cofres públicos

Responsáveis:

COT e Promotorias de Justiça

Resultados esperados do Projeto:

- Evitar a concessão indiscriminada de benefícios fiscais em detrimento da arrecadação tributária do Estado e dos Municípios Catarinenses;
- Impedir desvirtuamentos de conduta de agentes públicos na concessão de benefícios fora das hipóteses legais ou, ainda, a falta de fiscalização e acompanhamento das condições eventualmente fixadas para sua concessão;
- Garantir a transparência e a isonomia de tratamento tributário.

INDICADORES SOCIAIS	2016 (META)	2017 (META)
Índice de adequação da legislação tributária Estadual às normativas Constitucionais e Federais	100%	-
Índice de Municípios com legislação tributária adequada às normativas Constitucionais e Federais	30%	100%
Índice de cancelamento ou adequação dos benefícios fiscais concedidos irregularmente	-	30%

INDICADORES OPERACIONAIS	2016 (META)	2017 (META)
Índice de diagnóstico da legislação tributária permissiva de benefícios fiscais do Estado de SC	100%	-
Índice de Municípios com diagnóstico da legislação tributária permissiva de benefícios fiscais realizado	40%	100%

